

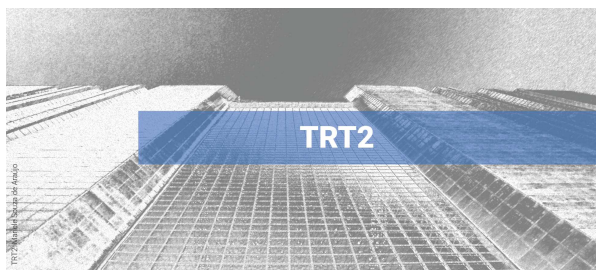
INFORMATIVO TRT2

Notícias e jurisprudência



N. 10

Outubro de 2023



Trabalhadora do setor de bares e restaurantes consegue reembolso de gastos com compra de calçados e manutenção de uniforme. [Proc. 1000234-54.2023.5.02.0041](#)

Empresa é condenada ao desistir de proposta de emprego aceita por candidato aprovado em processo seletivo. [Proc. 1000270-42.2023.5.02.0059](#)

Assistente administrativa e enfermeiro conseguem redução de jornada para cuidar de crianças com autismo. [Proc. RR-1432-47.2019.5.22.0003](#)

Empresa de teleatendimento é condenada por vincular remuneração a tempo de uso de banheiro. [Proc. RR-679-07.2021.5.09.0513](#)

2ª Turma reconhece vínculo de emprego entre plataforma e ciclista entregador de alimentos. [Proc. RR-536-45.2021.5.09.0892](#)

Empregado com desempenho habitual acima do esperado tem prêmios convertidos em aumento salarial. [Proc. 1000731-38.2022.5.02.0321](#)

Negada a aplicação da legislação brasileira a contrato de trabalho celebrado por meio eletrônico e executado em navio estrangeiro. [Proc. 1000759-61.2021.5.02.0314](#)

Empresa comprova autorização de empregado para desconto salarial relativo a infrações de trânsito. [Proc. 1001040-20.2021.5.02.0701](#)



Sindicato próprio volta a representar engenheiros empregados de construtora. [Proc. RRAg-747-71.2017.5.20.0001](#)

TST confirma supressão de horas de deslocamento por negociação coletiva. [Proc. E-ARR-10643-86.2017.5.18.0101](#)

CNJ

Múltiplos critérios para a concessão de gratuidade de justiça demandam novos estudos.

CNJ define novas regras para cadastramento de conta única no Sisbajud.

Justiça do Trabalho inicia envio de citações pelo Domicílio Judicial Eletrônico.

CNJ dialoga com ouvidorias judiciais para aprimorar relação com o jurisdicionado.

CNJ lança ferramenta pública que universaliza informações sobre processos judiciais.

MPT

Somos CIEE, MPT-SP, e OIT apoiam universitários PcD da Unifesp para permanência e conclusão do ensino superior.

MPT, MTE e OIT lançam 1ª campanha nacional de incentivo à CIPA Escolar.

Petrobrás é condenada por não registrar exposição de seus funcionários a agentes tóxicos.

TST

Contrato de parceria com empresa de patinetes afasta responsabilidade de plataforma digital.

Empresa de carros-fortes deve responder por disparo involuntário de arma que feriu segurança.

Publicidade e prêmios não integram base de cálculo do direito de arena de jogador de futebol.

CSJT

Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho apresenta nova Consolidação dos Provimentos.

Justiça do Trabalho firma parcerias com AGU e USP sobre acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

CSJT aprova Política de Governança e Gestão das Contratações da Justiça do Trabalho.

Justiça do Trabalho lança Programa de Enfrentamento ao Trabalho Escravo, Tráfico de Pessoas e Proteção ao Trabalho do Migrante.

STJ

Ministério do Trabalho e Emprego

CTPP aprova ajustes nas Normas Regulamentadoras relacionadas a Segurança e Saúde no Trabalho e em Plataformas de Petróleo.

MTE atualiza o Cadastro de Empregadores que submeteram trabalhadores a condições análogas à escravidão.

MTE cria canal de contato para os interessados em aderir ao Pacto pelo Trabalho Decente na Cafeicultura no Brasil.

MTE e OIT discutem agenda do Trabalho Decente.

STF

Gestante contratada por tempo determinado pela administração pública tem direito à licença-maternidade, decide STF.

2ª Turma cassa decisão que declarou vínculo de emprego de agente autônomo de investimentos.

STF cassa reconhecimento de vínculo de emprego de corretor com construtora.

MPT-SP cria Núcleo para mediação de conflitos.

Rappi deve assinar carteira de trabalho de entregadores.

Ministério da Previdência Social

Previdência Social assina acordo com Direitos Humanos para fortalecer direitos de idosos e PCDs.

Nova edição do Livro de Súmulas está disponível para consulta e download.

Desde 2018, sindicato pode reter honorários advocatícios sem apresentar contratos individuais dos beneficiários.

Falta de pagamento de parcela de dívida judicial não caracteriza crime de apropriação indébita.

STF valida utilização de depósitos judiciais para pagamento de precatórios atrasados.

Para dúvidas sobre termos e expressões jurídicas, acesse o [glossário de termos jurídicos](#).

Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Avenida Marquês de São Vicente, 121, Bloco A - 15º andar
CEP: 01139-001 - São Paulo - SP
Tel: (11) 3150-2359

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental



Basis TRT2

Revista do Tribunal